

Ministério Público da Bahia lançará aplicativo para mapear denúncias de racismo

Usuários poderão enviar fotos, vídeos e áudios com relatos de discriminação

[Globo.com, 14/11/2018 - acesse no site de origem](http://globo.com/14/11/2018)

Às vésperas da data em que se comemora o dia da Consciência Negra, o Ministério Público da Bahia lançará na próxima segunda-feira um aplicativo para rastrear o racismo no estado. Por meio do “Mapa do Racismo” os usuários poderão denunciar de maneira anônima os casos de discriminação.

A plataforma permite o envio de fotos, vídeos, áudios e documentos digitalizados para integrar a denúncia. De acordo com o Ministério Público, relatos de intolerância religiosa, racismo institucional e injúria também serão aceitos pela plataforma.

A partir do aplicativo, o órgão terá acesso aos casos com rapidez para demandar a atuação de cada comarca. As ocorrências serão centralizadas pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (Caodh), um dos responsáveis pelo app, que analisará os casos e encaminhará para os promotores responsáveis.

O MP destaca que ainda que os usuários disponibilizem seus dados para o “Mapa do Racismo”, o sigilo é garantido.

— Duas questões principais nos motivaram a lançar o aplicativo: primeiro, a necessidade de compilar dados desses registros de racismo; e segundo, os relatos de pessoas que diziam ter dificuldade de denunciar nas delegacias de polícia e de acionar as autoridades para acompanhar esses fatos — explicou a promotora Livia Vaz, que coordena o Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação (Gedhdis), que também é um dos criadores do app.

Segundo Vaz, o aplicativo também terá material informativo sobre racismo e intolerância religiosa, produzido pelo próprio Ministério Público. Além disso, o app também vai disparar alertas para os usuários com notícias sobre o tema.

— Se percebermos que algum município ou comarca tem incidência maior de casos desse tipo, poderemos atuar tanto no sentido de punir, mas também de prevenir essas ocorrências. Poderemos articular e impulsionar uma política pública, trabalhar com os movimentos sociais a partir desses dados — afirma Vaz.

Por Paula Ferreira e Ana Paula Blower